Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 15

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Comprovantes para Imposto de Renda devem ser enviados até dia 28 3

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Dinheiro esquecido em banco: Como resgatar valores de pessoa que já morreu? 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
A oportunidade da reestruturação das cadeias produtivas (Artigo) 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA
Faz de conta na agenda legislativa (Editorial) 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Relator sugere ampliar vale-gás para 11 milhões de beneficiados 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bolsonaro terceiriza governo (Artigo) 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo autoriza volume recorde de emendas antes das eleições 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Projetos no Senado 'blindam' arrecadação de Estados 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Estímulo à devastação (Editorial) 16

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governos estaduais têm de conter gasto com funcionalismo (Editorial) 17

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Queda de dólar não freia quadro para a inflação 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Encontro de contas com precatórios sai em março 19

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
EUA avaliam suspender imposto sobre gasolina para conter a inflação 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Lucro da PetroRio sobe 32% no 4° trimestre e soma R$ 894 milhões 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Pressão em inflação de longo prazo vira desafio para o BC 22

ZERO HORA - RS - ZERO HORA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Pagamento recorde de emendas à vista 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA
Mais barreiras para o Brasil (Editorial) 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA
TCU aprova privatização da Eletrobras 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Pobre sente o dobro da inflação que os ricos em janeiro, diz Ipea 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Quatro maiores bancos lucram R$ 81,6 bi em 2021 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Obsessão por subsídio e tabelamento (Artigo) 33

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA
América Latina é crucial para o Brasil (Editorial) 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Por que o "teto da dívida" não é uma boa alternativa (Artigo) 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Monitor da FGV vê alta de 4,7% do PIB em 2021 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Economia quer que Câmara ignore texto do Senado 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
Os resultados fiscais de 2021 e o que esperar daqui pra frente (Artigo) 38

Comprovantes para Imposto de Renda devem ser enviados até dia 28

Publicado em 16/02/2022 - 06:43 Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

As empresas e instituições financeiras têm até o próximo dia 28 para enviar aos contribuintes os comprovantes de rendimentos referentes ao ano passado. Os informes são usados para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda (IR) Pessoa Física 2022, cujo prazo de entrega está previsto para começar em 2 de março.

O calendário de entrega da declaração deste ano será divulgado pela Receita nos próximos dias. Tradicionalmente, o prazo começa no primeiro dia útil de março e vai até o fim de abril. Por causa da pandemia de covid-19, o prazo final de entrega foi adiado nos últimos anos. A declaração pôde ser entregue até 30 de junho em 2020 e 31 de maio em 2021.

Em relação aos comprovantes de rendimentos, os dados não precisam ser enviados pelos Correios. As empresas e as instituições financeiras podem mandar as informações por e-mail, divulgar links para serem baixados na internet ou fazer a divulgação em aplicativos para dispositivos móveis. Os documentos de rendimento servem para a **Receita Federal** cruzar dados e verificar se o contribuinte preencheu informações erradas ou sonegou imposto.

Os documentos fornecidos pelos empregadores devem conter os valores recebidos pelos contribuintes no ano anterior, assim como detalhar os valores descontados para a **Previdência Social** e o Imposto de Renda recolhido na fonte. Contribuições para a **Previdência Complementar** da empresa e aportes para o plano de saúde coletivo devem ser informados, caso existam.

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem pegar os comprovantes na internet. O documento está disponível na página Meu **INSS** ou no aplicativo de mesmo nome disponível para os sistemas Android e iOS. O segurado deve digitar a mesma senha para consultar os demais extratos. Caso não tenha senha, basta seguir os passos informados pelo site .

Planos de saúde individuais e fundos de pensão também são obrigados a fornecer comprovantes, cujos dados serão usados para o contribuinte deduzir valores cobrados no Imposto de Renda. Os bancos e corretoras devem informar valores de todas as contas correntes e investimentos. Caso o contribuinte tenha conta em mais de uma instituição, deve obter os comprovantes de todas elas.

Se não receber os informes no prazo, o contribuinte deve procurar o setor de recursos humanos da empresa ou o gerente da instituição financeira. Se o atraso persistir, a **Receita Federal** pode ser acionada. Em caso de erros ou de divergência de dados, é necessário pedir novo documento corrigido.

Se não receber os dados certos antes do fim de abril, dia final de entrega da declaração, o contribuinte não precisa perder o prazo e ser multado. É possível enviar versão preliminar da declaração e depois fazer declaração retificadora.

Site: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-02/comprovantes-para-imposto-de-renda-devem-ser-enviados-ate-dia-28

Dinheiro esquecido em banco: Como resgatar valores de pessoa que já morreu?

Hygino Vasconcellos

O sistema criado pelo Banco Central para verificar valores esquecidos em bancos permite também a consulta de informações de pessoas já falecidas. O UOL fez o teste e identificou valores nas contas de uma pessoa que nasceu em 1960 e morreu em abril de 2020.

Mas é possível resgatar esses valores? Sim, porém o Banco Central ainda não informou como vai funcionar. Em nota à imprensa, a instituição disse que divulgará, em breve, os procedimentos para consulta por terceiros legalmente autorizados (procurador, tutor, curador, herdeiro, inventariante ou responsável por menor não emancipado) .

Nesta primeira etapa, é possível saber se há ou não dinheiro a receber. Porém, para descobrir o valor exato será preciso esperar até março (veja o calendário abaixo) e entrar novamente no site . Nesta segunda fase, é necessário ter cadastro no site Gov.br no nível prata ou ouro. E é aqui que a consulta dos valores esquecidos esbarra.

A conta gov.br tem três níveis de confiabilidade: bronze, prata e ouro. O primeiro, mais básico, é conquistado logo quando o cidadão se cadastra na plataforma, o que normalmente acontece por meio do formulário online do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ou da **Receita Federal**.

Para subir de nível e solicitar transferências no valoresareceber.bcb.gov.br , é necessário confirmar sua identidade por meio de qualquer um dos processos indicados nas plataformas gov.br. Quem quiser ir de bronze para prata, por exemplo, pode validar seus dados no próprio app via reconhecimento facial, o que obviamente não pode ser feito no caso de pessoa falecida.

O Banco Central não informou o que deve ser feito para garantir o resgate de valores de pessoas que já morreram. Mas há a possibilidade de a instituição seguir as regras atuais, definidas pelo Código Civil.

Hoje há duas possibilidades para ter acesso a herança: por ação de alvará e por um inventário. Em ambos os casos, é preciso contratar um advogado.

A ação por alvará é restrita a saldos bancários e de poupança e fundos de investimento de até 500 OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), que equivalem a cerca de R$ 10 mil.

O inventário não tem limite de valor e pode ser feito de duas maneiras: extrajudicialmente e judicialmente. O primeiro é feito no tabelionato e é possível quando há concordância entre os envolvidos.

A advogada Mariana Grangeiro, especialista em direito civil, observa que no inventário extrajudicial não pode haver menores de idade ou pessoas incapazes - interditadas, por exemplo.

O inventário judicial, como o nome já diz, vai tramitar na Justiça e tende a demorar e custar mais. No caso dos valores esquecidos em bancos, o advogado vai solicitar ao juiz que encaminhe ofício ao Banco Central e pedir a transferência do dinheiro para uma conta judicial, na qual o dinheiro fica parado até o inventário ser concluído.

Importante dizer que quem já fez e finalizou o inventário, pode acessar esses valores por meio de uma sobrepartilha (que é tipo um novo inventário, mais simplificado). Ela pode ser também judicial ou extrajudicial , explica Grangeiro.

O problema é que, sem conhecer o valor esquecido, o consumidor fica sem saber se vale a pena entrar com a ação judicial devido aos honorários advocatícios e custas judiciais.

Para saber se você tem dinheiro esquecido em bancos, é preciso consultar o sistema do Banco Central.

Confira abaixo o passo a passo:

O sistema criou um calendário para que as pessoas físicas e jurídicas possam pedir o resgate e saber o valor exato esquecido. Foram criados três períodos, definidos a partir da data de nascimento da pessoa ou de criação da empresa.

É preciso ficar atento ao horário definido pelo site após a consulta. Confira se foi para o período de 4h às 14h ou de 14h às 24h.

Site:
https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/16/dinheiro-esquecido-como-resgatar-valores-de-pessoas-falecidas.htm

A oportunidade da reestruturação das cadeias produtivas (Artigo)

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - Empresário, membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Conselho Estratégico da Indústria Catarinense (Fiesc)

As restrições impostas pela pandemia nos colocaram diante de um arsenal de dificuldades e desafios. Em graus diversos para os diferentes atores. Por outro lado, foram criadas oportunidades, novamente, mais para uns do que para outros, que até trouxeram resultados excepcionais e inesperados para quem melhor identificou e se estruturou na nova realidade. Aparentemente, oportunidades conjunturais. Todavia, vem se delineando uma oportunidade estrutural, de reorganização das cadeias produtivas, em função dos transtornos provocados pela excessiva concentração da produção de muitos bens em poucos países. E o Brasil pode capturar o seu quinhão nesse novo desenho, desde que seja mais diligente numa antiga lição de casa, que são os ajustes estruturantes.

Os dados da nossa balança comercial, no ano passado, refletem bem o inapto do Custo Brasil na competitividade da indústria de transformação, sem dúvida o setor mais afetado. Apesar de o país ter alcançado um superavit comercial recorde de US$ 61 bilhões e uma cifra inédita na exportação, de US$ 280 bilhões, a balança dos produtos manufaturados apresentou deficit de US$ 53 bilhões, reflexo de uma concentração crescente da nossa pauta de exportações em bens primários.

A recuperação da competitividade da economia, em setores em que não temos vantagens comparativas internacionais naturais, mas que têm potencial elevado de contribuir para o aumento da produtividade, passa necessariamente pela redução do Custo Brasil. E isso requer reformas, microeconômicas e macroeconômicas, em complemento às já implementadas nos últimos seis ou sete anos. Outros países, que competem conosco no mercado internacional, têm sido mais determinados na implementação de reformas, comprometendo a nossa competitividade relativa. Avançamos pouco no aumento da eficiência do Estado, o que o deixa obeso, caro e fraco.

Precisamos de um poder público forte, a serviço da sociedade, e não de si próprio. E, em assim sendo, precisará de menos recursos para se manter (hoje em torno de 20% do **PIB**), o que permitirá redução de carga tributária. Carga, que além de muito elevada (a maior entre os países em desenvolvimento), é mal distribuída, com concentração excessiva na indústria de transformação. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os **impostos** de 46,2% que incidem sobre o segmento, têm contribuído muito para que ele encolhesse em média 1,6% ao ano na última década. Entre as mudanças necessárias, importante também a **Reforma Tributária**, para simplificar a caótica estrutura de **impostos** no país, que custa caro às empresas e afasta investidores.

Importantes conquistas estruturantes foram as reformas da Previdência, no atual governo, e a Trabalhista, no governo anterior. Mesmo que não tenham abarcado toda a mudança que o país precisa, representaram sem dúvida avanços a comemorar. E temos que ter maturidade suficiente para evitar que o calor de uma campanha política não alimente ideias de retroceder nessas conquistas, fruto de ampla mobilização da sociedade, sob o risco de comprometermos ainda mais a nossa competitividade e acentuarmos o nosso vínculo com a armadilha da renda média. Que a Reforma Trabalhista deve ser dinâmica, não há dúvida, mas para adequar a legislação a uma realidade que é mutante, e muito, e não para retrocessos com motivações ideológicas, respaldadas em parte por orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, infelizmente, continua sensivelmente motivada por um viés político e ideológico.

Por fim, é importante reconhecer que o nosso equilíbrio fiscal há muito também é pressionado pelos chamados custos tributários, que são renúncias fiscais que beneficiam setores ou empresas específicas. O Brasil precisa desenvolver um grande esforço para tornar a economia mais competitiva e não subsidiar uns ou outros, mais próximos ao poder ou com maior capacidade de lobby, porque isso significa desviar recursos que poderiam ser investidos para eliminar gargalos do país, beneficiando a todos. Não desmerecendo a importância dos esforços para preservar empregos, a renovação recente do benefício da desoneração da folha para os conhecidos 17 setores é exemplo típico, em prejuízo de outros que empregam tanto quanto, mas não têm a mesma capacidade de pressionar o Congresso Nacional. No fundo, são os parlamentares apontando quem deve

vencer, e não as forças do mercado. É torcer para não quererem resgatar os campeões nacionais.

A prioridade deve ser o aumento da competitividade do país, para resgatar a força que o Brasil já teve nas cadeias produtivas de maior valor agregado. A pandemia soltou mais um cavalo encilhado que está passando. Vamos conseguir montá-lo?

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Carlos Rodolfo Schneider: A oportunidade da reestruturação das cadeias produtivas

Faz de conta na agenda legislativa (Editorial)

Como tudo na administração Jair Bolsonaro, a agenda legislativa prioritária do governo federal para este ano é mais uma peça de ficção de sua desesperada campanha à reeleição. Assinada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, a portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) conta com nada menos que 45 itens, entre medidas provisórias, projetos de lei e propostas de emenda à Constituição (PECs). Dentre eles, há seis ideias "em formulação no Executivo" ou "em formulação no Congresso Nacional". A lista é a representação de uma gestão sem rumo, presidida por um eterno candidato que se recusa a assumir as funções para as quais foi eleito há mais de três anos e que mantém um falso otimismo sobre sua capacidade de articulação política em um Congresso dominado pelo Centrão, que governa em seu lugar.

De que outra forma a sociedade deveria julgar o fato de que o Executivo ainda diz acreditar na aprovação da proposta que cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) e unifica contribuições federais como PIS e Cofins? Apresentado em julho de 2020, o projeto não registra qualquer movimentação processual desde junho. Faz parte da mesma lista a PEC 110/2019, conhecida como **reforma tributária** do Senado, que extingue nove **tributos**, entre eles PIS e Cofins, além de **impostos** estaduais e municipais, para criar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) - publicamente boicotada pelo ministro Paulo Guedes. Como se pretende compatibilizar duas propostas conflitantes e que tratam dos mesmos **tributos** é uma incógnita. Não satisfeito com o manicômio tributário vigente no País há décadas, o governo mantém a aposta no projeto do Imposto de Renda, cujo relator, Ângelo Coronel (PSDBA), já deixou claro que pretende apenas corrigir a tabela do Imposto de Renda e retirar a tributação sobre lucros e dividendos, que bancaria o Auxílio Brasil.

A obsessão bolsonarista pelo preço dos combustíveis também está presente em dois dos itens: o projeto que muda a cobrança de ICMS sobre os produtos, hoje um porcentual sobre o preço, para um valor fixo por litro; e o projeto "em formulação no Congresso Nacional" que mexe na tributação federal sobre o diesel - alvo de ao menos três propostas, uma delas a PEC Camicase, que pode custar mais de R$ 100 bilhões aos cofres públicos. Faz parte do rol de devaneios a privatização dos Correios, com chance mínima em um Senado em ano eleitoral. O próprio Bolsonaro já admitiu que a possibilidade de aprovação de qualquer reforma neste ano é ínfima. Ao menos numa coisa a lista é verdadeira: dela não consta uma reforma administrativa, que Bolsonaro desde sempre rejeita.

Na área política, o fracasso também se repete. Para atiçar os seguidores mais radicais, Bolsonaro reitera o aval à chamada pauta de costumes, defendida há três anos praticamente sem avanços.

Há projetos para flexibilizar ainda mais o porte, posse, registro e comercialização de armas e munições, revogar o auxílio-reclusão, reduzir a maioridade penal e vedar a saída temporária de presos. Em formulação no Executivo, há também um projeto para ampliar a retaguarda jurídica de policiais.

Criticado pelo desmazelo na área ambiental, o governo ainda aposta na polêmica liberação da mineração em terras indígenas e em áreas de fronteira. Na educação, certamente a área mais afetada depois de quase dois anos de pandemia e de escolas fechadas por meses, a preferência, inacreditavelmente, continua a ser pela regulamentação do ensino domiciliar, além do fim da progressão continuada - evidentemente sem propor nada em seu lugar.

Mais do que uma carta de intenções, a agenda é o reconhecimento público da própria ineficiência do governo.

Quando os mais otimistas avaliam que o Legislativo funcionará só até junho, uma lista de 45 prioridades revela que, na verdade, não há nenhuma.

Mesmo com o apoio de um Congresso comprado à base de emendas, a gestão Bolsonaro chegará ao fim sem aprovar os arremedos de reformas econômicas que propôs e, ainda bem, sem os desvarios que prometeu à sua base mais radical.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Relator sugere ampliar vale-gás para 11 milhões de beneficiados

Renan Truffi e Vandson Lima

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Bolsonaro terceiriza governo (Artigo)

Vinícius Torres Freire Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Um decreto de Jair Bolsonaro deu a Ciro Nogueira poderes de arbitrar e decidir conflitos legais entre ministros. Nogueira é ministro da Casa Civil, senador e presidente licenciado do PP, cardeal do centrão e regente do governo. Em janeiro, outro decreto havia lhe dado poderes sobre mudanças em princípio pequenas no Orçamento, mas que tutelavam Paulo Guedes.

São sinais menores e oficiais de que Bolsonaro terceirizou o governo que jamais assumiu - em um país menos anormal, seriam questiúnculas administrativas. Mas Nogueira ganha poderes desde que se tornou ministro, em agosto de 2021, compondo a diarquia informal que comanda com Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara.

Nogueira, Lira e turma tocaram o Bolsa Família engordado, o Auxílio Brasil, puseram Guedes no cantinho, decidiram o que sobra de dinheiro livre do Orçamento, chutaram o pau do teto de gastos e agora tentavam diminuir **impostos** em massa a fim de fazer demagogia com o preço dos combustíveis.

Foi o comando do centrão que deu um chega para lá em Bolsonaro, no auge da campanha golpista, no 7 de Setembro. Desde então, procura evitar que Bolsonaro diga um excesso de atrocidades, para que ocupe menos tempo no noticiário negativo. Tentaram até fazer com que Bolsonaro dissesse algo a favor de vacinas. Mesmo a filhocracia ficou algo mais quieta.

Trata-se de uma espécie de iluminismo fisiológico da era das trevas, 2019-2022, para dizer a coisa de modo sarcástico.

Os cacos que eram o programa econômico bolsonarista foram triturados pela epidemia. Sob o centrão, viraram pó. O esquema serviu para aliviar conflitos com o Supremo, abafar de vez a ideia de impeachment e sustentar política e financeiramente (reeleger) parte da bancada do centrão. Nessa coabitação, Bolsonaro não levou adiante seus projetos de tirania, mas manteve os poderes de pregar "contra o sistema", propagandear ignorância, selvageria e reação.

Apesar de ainda mais diminuído, como se fosse possível, Bolsonaro ou a onda que o levou ao poder pariu rebentos, bastardos, ramos e variantes que organizam a direita partidária. O sistema político está em desordem, fica evidente na tentativa frenética de montar o quebra-cabeças de alianças e federações. O fato de o candidato favorito, Lula (PT), até ontem ser vítima de ostracismo odiento e de Bolsonaro, "incubente", ser rejeitado por dois terços do eleitorado dificulta a montagem. Mas algo se organiza.

Há um partido de extrema direita, o PL de Bolsonaro, o nacional-mensalismo, que até abril pode ter uns 60 deputados (o maior partido da legislatura era o PSL, com 55). Há um partido de direita extrema, o União Brasil, feito de restos do PSL que largou Bolsonaro, e de DEM governista hoje ou amanhã, que pode ter mais de 60 deputados, no fim das migrações. Há o partido de Sérgio Moro, ora de extrema direita, mas que pode dar uma rasteira no ex-juiz para se pendurar em quem estiver para ganhar (11 deputados). Há um satélite bolsonarista de extrema direita, o bloco PSC-PTB (22 deputados).

Bolsonaro não é capaz, por "limites cognitivos", por ser "antissistema" e impopular, de passar um pente nem na política eleitoral de 2022. A fragmentação partidária e a inépcia de Bolsonaro fazem com que as composições pareçam uma dança de pedaços de gelatina colorida em uma tigela.

Mas os cacos do bolsonarismo e os fisiológicos puros se aliam em partidos extremistas no seu descaramento negocista e reacionarismo, ora quase um terço do Congresso.

O governo é uma mula sem cabeça, mas com um monstro que foi capaz de encabeçar um movimento reacionário que não se via no Congresso faz mais de 40 anos.

Site: https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49823

Governo autoriza volume recorde de emendas antes das eleições

DANIEL WETERMAN GUILHERME PIMENTA BRASÍLIA

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizou gastos de até R$ 25 bilhões em emendas parlamentares antes das eleições de outubro. Decreto publicado na sexta-feira passada estabelece que quase metade desses recursos sairá do orçamento secreto. O volume de despesas indicadas por deputados e senadores e que receberam o aval do presidente para gasto até setembro é o maior na gestão Bolsonaro, permitindo irrigar redutos de políticos antes das disputas eleitorais.

Em 2020, foram pagos R$ 16,6 bilhões antes das eleições municipais, na soma de todas as emendas de parlamentares ao Orçamento da União. No ano passado, foram R$ 15,3 bilhões até setembro. Neste ano eleitoral o governo terá de lidar com uma pressão política e com uma conta que "não fecha", na avaliação de técnicos.

O Orçamento de 2022 prevê um total de R$ 33,8 bilhões em emendas parlamentares, recursos indicados por congressistas para turbinar obras de interesse eleitoral, mas há uma fatura de R$ 36 bilhões em recursos aprovados em anos anteriores que ainda não foi paga e disputará o mesmo espaço.

O decreto que autorizou os R$ 25 bilhões impôs um limite para a execução das verbas oriundas das chamadas emendas de relator, instrumento que vinha sendo usado pelo Congresso para esconder os responsáveis pela indicação dos gastos, como revelou o Estadão ao noticiar o orçamento secreto. Segundo o texto, até março poderão ser gastos R$ 2,7 bilhões do orçamento secreto.

Até setembro esse montante pode chegar a R$ 11,9 bilhões.

Os R$ 13,1 bilhões restantes que poderão ser liberados virão de recursos das emendas impositivas, aquelas indicadas individualmente por deputados e senadores e pelas bancadas estaduais do Congresso, e das emendas aprovadas pelas comissões do Legislativo, que ficaram com menos recursos.

PRESSÃO.

Com a autorização via decreto, o governo se tornou alvo de pressão. De um lado, aliados cobram a liberação de verba antes de outubro. De outro, o Ministério da Economia passou a indicar a necessidade de segurar os gastos diante da incerteza sobre a arrecadação de **impostos** e da necessidade de garantir o pagamento das despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias.

No fim, a escolha dos limites para abrir o cofre e pagar os valores que Bolsonaro autorizar gastar dependerá de aval da Casa Civil, comandada pelo ministro Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão. Mas a equipe econômica pode tentar segurar a liberação de verbas na boca do caixa na tentativa de não comprometer o orçamento.

No momento, o Executivo deve aguardar até março para reavaliar o cenário de acordo com a arrecadação de recursos. Se as receitas não se comportarem como o esperado, cortes poderão ser feitos.

"O governo deve liberar a maior parte antes das eleições.

A princípio, todos são iguais, mas, do jeito que eles são, vão trabalhar para isso (priorizar aliados)", afirmou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

CALENDÁRIO.

Na prática, os recursos de interesse dos parlamentares devem ser liberados antes. Além da necessidade de cuidar das despesas para cumprir os gastos obrigatórios, há uma preocupação adicional do governo neste ano: a legislação eleitoral. O Executivo é proibido de liberar recursos nos três meses anteriores ao pleito, com exceção daqueles destinados a obras em andamento.

A escolha dos beneficiários finais das emendas (governos estaduais ou municipais) e da ordem de prioridade de pagamento caberá aos parlamentares, que informaram essa relação ao governo. A limitação do orçamento secreto aumenta o poder do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de Ciro Nogueira - apontados como "donos do cofre".

Procurado, o Ministério da Economia disse que o decreto "reflete a necessidade de maior prudência na execução das despesas primárias discricionárias no

início do exercício financeiro", até nova avaliação do comportamento das despesas e da arrecadação.

COMISSÕES.

Ao priorizar o orçamento secreto e as verbas de aliados diretos, o governo deixou de lado as emendas aprovadas pelas comissões da Câmara e do Senado. Após vetar R$ 1,4 bilhão de recursos carimbados por esses colegiados no Orçamento, o governo agora prevê pagar R$ 577,8 milhões das emendas dos R$ 2,3 bilhões que sobraram.

O Ministério da Economia afirmou que o restante está garantido.

Mas pode, na prática, não ser executado, pois está reservado ao reajuste salarial de policiais federais, que motivou reação de outras categorias.

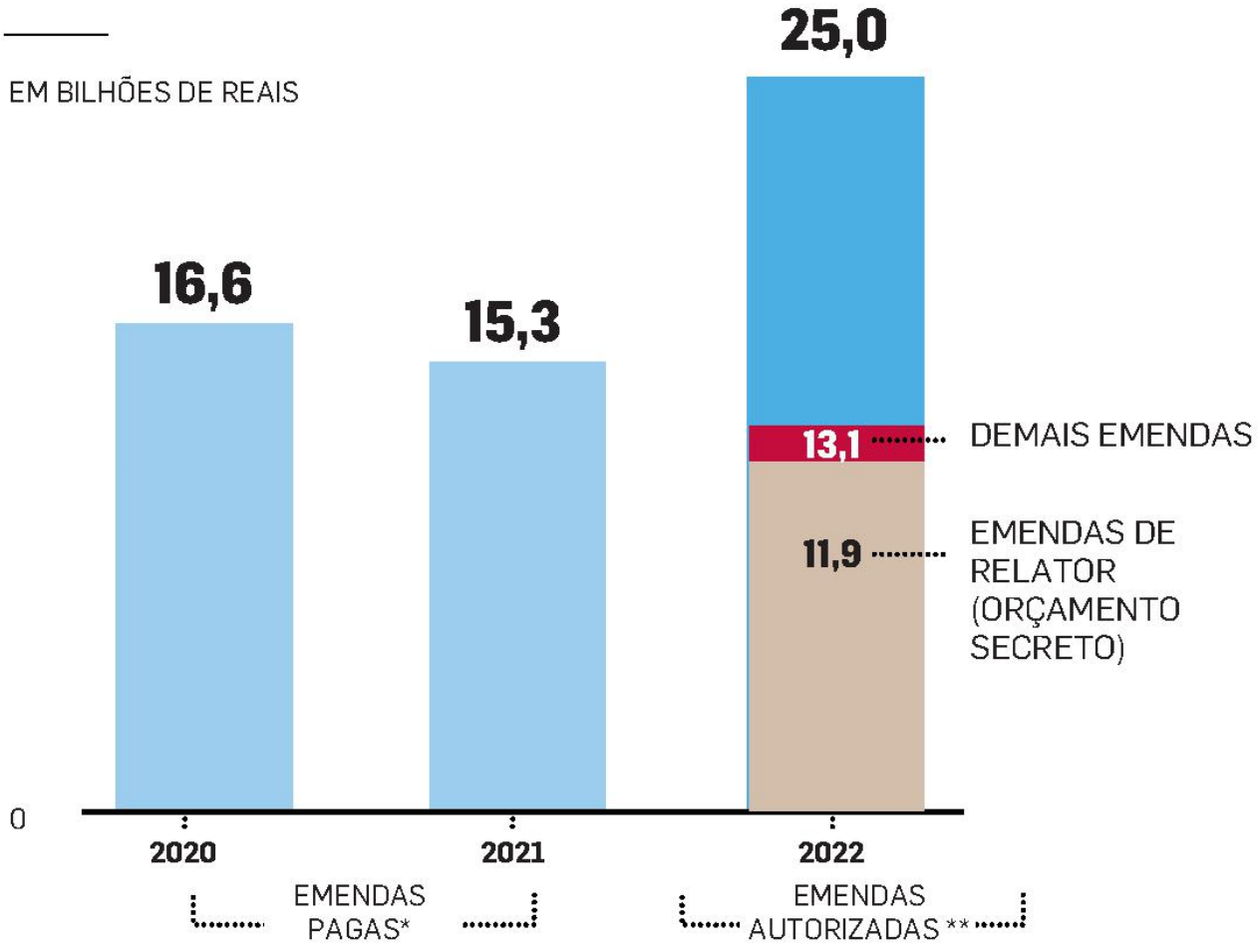
"O governo deve liberar a maior parte antes das eleições, ainda no primeiro semestre.

A princípio, todos são iguais, mas, do jeito que eles são, vão trabalhar para isso (priorizar aliados)." Hildo Rocha (MDB-MA) Deputado

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

RECURSOS

Bolsonaro liberou gastos de R$ 25 bilhões em emendas parlamentares antes das eleições de outubro



*VALORES PAGOS ATÉ SETEMBRO DE CADA ANO, RESPECTIVAMENTE
**GASTOS AUTORIZADOS ATÉ SETEMBRO 2021

FONTES: SIGA BRASIL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Projetos no Senado 'blindam' arrecadação de Estados

DANIEL WETERMAN

O Senado deve votar hoje um pacote de projetos que propõem a redução de preços dos combustíveis no País, com medidas para evitar perda de arrecadação nos Estados e ampliar a concessão de subsídios pelo governo federal. A Casa não incluiu a proposta defendida pelo presidente Jair Bolsonaro para reduzir os **impostos** cobrados sobre o diesel.

Um dos projetos pautados altera a cobrança do ICMS, tributo arrecadado pelos Estados.

O relatório do senador Jean Paul Prates (PT-RN) garante autonomia para cada governador definir a alíquota do tributo, blindando os Estados de perda de arrecadação. O parecer propõe ainda a ampliação do vale-gás para 11 milhões de famílias em 2022, o que dobrará o gasto com o programa, atualmente de R$ 1,9 bilhão.

O relatório do senador rejeitou um dispositivo aprovado pela Câmara que estabelecia um limite para a cobrança do ICMS sobre os combustíveis.

O texto do Senado estabelece que as alíquotas serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser cobradas sobre o litro de combustível ou sobre o preço final do produto.

Além disso, o relatório introduz a cobrança monofásica do ICMS sobre a gasolina, o diesel e o biodiesel. Com isso, a incidência do imposto deverá ocorrer em apenas uma fase de comercialização, como nas refinarias, e não em toda a cadeia de produção. A implantação desse modelo dependerá de regulamentação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), formado por secretários estaduais.

CORTE DE IMPOSTO. O relator se recusou a incluir uma proposta de redução dos **impostos** federais, deixando essa definição para o governo. Mais alinhado aos governadores, o Senado age para evitar perdas de arrecadação do ICMS, enquanto Bolsonaro pressiona os Estados a mexerem na alíquota. O preço dos combustíveis representou o segundo produto que mais pesou na alta da **inflação** em 2021, atrás apenas da energia elétrica, e passou a pressionar os précandidatos em ano eleitoral.

"O problema é 'resolvível' com os projetos como eles estão no Senado, com a conta de compensação de preços e com a cobrança monofásica ad rem do ICMS", disse Jean Paul. "Se o governo quiser (reduzir **impostos** federais), tudo bem, que o faça diretamente, eventualmente enfrente a constitucionalidade do assunto ou apresente uma emenda, e vamos avaliar." Em meio ao debate sobre a criação de subsídios em ano eleitoral, o relator incluiu no pacote a ampliação do programa Gás dos Brasileiros, que hoje serve a 5,47 milhões de famílias, para contemplar no mínimo 11 milhões de famílias em 2022. A medida dobrará o gasto com o benefício no orçamento, atualmente de R$ 1,9 bilhão. Para bancar esse custo, o parecer indica como fonte os valores arrecadados com os bônus de assinatura dos campos de Sépia e Atapu, mas apenas o montante destinado à União, estimado em R$ 3,5 bilhões, blindando a receita dos Estados e municípios.

Pacheco vê textos 'maduros' para votação hoje em plenário

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), disse que os projetos relacionados ao preço dos combustíveis estão "maduros" para serem votados hoje no plenário da Casa.

O Senado pautou um pacote que inclui uma conta de estabilização dos preços e a mudança do modelo de cobrança do ICMS sobre os combustíveis, mas com liberdade para cada governador definir a alíquota, além da ampliação do vale-gás a famílias carentes.

O governo pretende consultar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a legalidade da redução de **impostos** sobre o combustível em ano eleitoral. O assunto foi discutido, na segunda-feira, em reunião entre o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, a cúpula da Justiça Eleitoral e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do próprio Senado. Pacheco afirmou, porém, que o Senado não vai esperar a consulta para encaminhar a votação do pacote.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Estímulo à devastação (Editorial)

Jair Bolsonaro parece movido a obsessões.

Fossem, porém, algumas delas reflexo de preocupação com o bem-estar da população ou a eficácia da máquina pública - objetivos **impostos** pelo mandato que exerce - decerto os brasileiros não estariam chorando a morte de mais de 600 mil pessoas pela covid-19 nem haveria tantas famílias lançadas na miséria por culpa da fraqueza da economia que em boa medida decorre da incompetência de seu governo. Mas não é disso que se trata. Uma de suas obsessões mais notórias é com sua própria sobrevivência política e com a proteção de sua família. Outras são com questões pontuais, como a situação dos garimpeiros.

Facilitar a vida dos garimpeiros, sobretudo os que agem - em geral em situação irregular - na Amazônia, foi tema de sua campanha eleitoral em 2018, de projeto de lei, de decisões administrativas, de autorizações que não levaram em conta seu impacto ambiental e social. Agora, com dois decretos, Bolsonaro simplificou os critérios de análise de pedidos de outorga pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e criou incentivos para o "garimpo artesanal".

Um dos decretos cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala, apelidado pelo governo de Pró-Mape. Seu objetivo é "estimular o desenvolvimento da mineração artesanal e em pequena escala, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e nacional".

Assim justificado, parece ser a redenção regional, especialmente da Amazônia, onde garimpeiros buscam, sobretudo, ouro e pedras preciosas.

Até agora, a atividade garimpeira na região é predominantemente ilegal. Informalidade, falta de fiscalização e invasão de áreas protegidas por lei, como unidades de conservação ambiental e terras indígenas, estão entre suas características. São muito poucos os garimpeiros que, por meio de cooperativas, operam legalmente no País.

Os decretos constituem mais uma etapa do esforço do governo de Jair Bolsonaro de legalizar essas atividades. Em fevereiro de 2020, na iniciativa mais ampla nessa direção, o presidente da República propôs um projeto de lei que permite a exploração de mineral em terras indígenas, com a justificativa de que isso permitiria ao índio tornar-se garimpeiro de sua própria terra. "Não é justo querer criminalizar o garimpeiro no Brasil", disse no ano passado o presidente da República. Ressaltou na ocasião que não dizia isso porque seu pai tinha sido garimpeiro por algum tempo.

Mas o impacto nocivo do avanço do garimpo ilegal teve sua demonstração mais exuberante em novembro do ano passado, com as imagens de barreiras formadas por balsas que procuram ouro no Rio Madeira, no Amazonas. A atividade ilegal ganhou forte impulso no governo Bolsonaro. Para eliminar as impurezas do minério, garimpeiros de ouro utilizam o mercúrio, substância tóxica que é lançada diretamente nas águas do Madeira.

Teme-se que, com os novos decretos, a área liberada para mineração alcance cerca de 40% da Amazônia legal, onde há florestas de proteção integral e áreas indígenas.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Governos estaduais têm de conter gasto com funcionalismo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Queda de dólar não freia quadro para a inflação

Alex Ribeiro, Anais Fernandes, Victor Rezende e Felipe Saturnino

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Encontro de contas com precatórios sai em março

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

EUA avaliam suspender imposto sobre gasolina para conter a inflação

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Lucro da PetroRio sobe 32% no 4° trimestre e soma R$ 894 milhões

Rafael Rosas Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=1&section=1

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=1&section=1

Pressão em inflação de longo prazo vira desafio para o BC

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142

Pagamento recorde de emendas à vista

O governo do presidente Jair Bolsonaro autorizou gastos de até R$ 25 bilhões em emendas parlamentares antes das eleições de outubro. Decreto publicado na sexta-feira estabelece que quase metade desses recursos -R$ 11,9 bilhões - sairá do orçamento secreto. O volume de despesas indicadas por deputados e senadores e que receberam o aval do presidente para gasto até setembro é o maior na gestão Bolsonaro, permitindo irrigar redutos dos políticos antes das disputas eleitorais.

Em 2020, foram desembolsados R$ 16,6 bilhões antes das eleições municipais, na soma de todas as emendas de parlamentares ao orçamento da União. No ano passado, R$ 15,3 bilhões até setembro.

Neste ano em que políticos voltam a pedir votos para se reeleger ou ocupar novo cargo político, o governo terá de lidar com pressão e com conta que ainda "não fecha", na avaliação de técnicos. O orçamento de 2022 prevê total de R$ 33,8 bilhões em emendas parlamentares, recursos indicados por congressistas para turbinar obras de interesse eleitoral, mas há uma fatura de R$ 36 bilhões em recursos aprovados em anos anteriores que ainda não foram pagos e disputarão o mesmo espaço.

O decreto que autorizou os gastos de R$ 25 bilhões até setembro impôs um limite para a execução das verbas oriundas das emendas de relator, instrumento batizado de orçamento secreto e que vinha sendo usado pelo Congresso e que ocultava os verdadeiros responsáveis pela indicação dos gastos. Segundo o texto, até março poderão ser gastos R$ 2,7 bilhões do orçamento secreto. Até setembro esse montante pode chegar a R$ 11,9 bilhões.

Os R$ 13,1 bilhões restantes que poderão ser liberados até setembro virão de recursos das emendas impositivas, aquelas indicadas individualmente por deputados e senadores e pelas bancadas estaduais do Congresso, e das emendas aprovadas pelas comissões do Legislativo, que ficaram com menos recursos.

Com a autorização via decreto, o governo passa a ser objeto de pressão para que os recursos sejam efetivamente gastos. De um lado, os aliados cobram a liberação da maior parte dos recursos antes do pleito de outubro, para usarem como bandeira política nas eleições. De outro, o Ministério da Economia passou a indicar a necessidade de segurar os gastos diante da incerteza sobre a arrecadação de **impostos**, em ano de baixo crescimento econômico, e do compromisso de garantir o pagamento das despesas obrigatórias, que incluem salários e aposentadorias.

No fim das contas, a escolha dos limites para abrir o cofre e pagar os valores que Bolsonaro autorizou dependerá de aval da Casa Civil, comandada pelo ministro Ciro Nogueira, um dos caciques do centrão. Mas a equipe econômica pode tentar segurar a liberação de verbas na boca do caixa. A ameaça de derrubada de vetos de Bolsonaro ao orçamento de 2022, a movimentação por reajustes salariais e a demanda de setores por mais recursos, como é o caso do agronegócio, adicionaram pressão a mais no Executivo.

Legislação No momento, o governo deve aguardar até março para reavaliai" o cenário de acordo com a arrecadação de recursos. Se as receitas não se comportarem como o esperado, cortes poderão ser feitos.

Há uma preocupação adicional do governo neste ano: a legislação eleitoral. O Executivo é proibido de liberai" recursos nos três meses anteriores ao pleito, com exceção daqueles gastos destinados a obras em andamento.

- Não há opção para o Tesouro. E melhor segurar o gasto para ter margem de manobra no segundo semestre - diz o economista Leonardo Ribeiro, analista do Senado e ex-servidor da Secretaria de Orçamento Federal.

A escolha dos beneficiários finais das emendas (governos estaduais ou municipais) e da ordem de prioridade de pagamento caberá aos parlamentares, que informaram essa relação ao governo. E a limitação do orçamento secreto aumenta o poder do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de Nogueira para definir quais aliados ficarão na frente da fila. Os dois são apontados como "donos do cofre".

Procurado, o Ministério da Economia afirmou que o decreto "reflete a necessidade de maior prudência na execução das despesas primárias discricionárias no início do exercício financeiro", até nova avaliação do comportamento das despesas e da arrecadação no primeiro bimestre do ano. "A medida visa conferir maior segurança frente aos limites **impostos** pelas regras fiscais vigentes", diz a pasta, pontuando que os limites serão revistos a cada dois meses.

- O governo coloca um freio no empenho das emendas de imediato porque avalia que pode precisar realizar bloqueios até março e, então, realocar recursos - diz o consultor de orçamento da Câmara Ricardo Volpe.

O decreto assinado por Bolsonaro, de acordo com o especialista, indica que o Executivo deve contingenciar (ou seja, segurai" a liberação até verificar aumento de arrecadação) cerca de R$ 16 bilhões em verbas a partir de março, ou até mais a depender de reestimativas, quando divulgará o relatório bimestral de avaliação das receitas e despesas primárias.

Site: https://gauchazh.clicrbs.com.br/

Mais barreiras para o Brasil (Editorial)

Correio Braziliense

Os alertas de desmatamento na área da Amazônia Legal bateram recorde em janeiro e chegaram a 430 quilômetros quadrados, número quatro vezes maior do que em janeiro de 2021, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O avanço do desmatamento está associado ao desmonte da estrutura de fiscalização com o esvaziamento do Ibama e do ICMBio. É uma situação que impacta diretamente a visão do mundo em relação ao Brasil, que se especializou em exportar commodities. Principalmente as agrícolas. Os alertas vêm sendo feitos nos últimos anos: os países compradores podem adotar restrições ao agronegócio brasileiro em função de problemas ambientais. É nosso calcanhar de Aquiles, usado por concorrentes do nosso agronegócio para pressionar o Brasil nas suas pretensões internacionais em relação à participação em órgãos multilaterais e acordos comerciais entre blocos econômicos.

Basta lembrar que o presidente Jair Bolsonaro comemorou com pompa e circunstância o acordo fechado em junho de 2019 - primeiro ano do seu governo - entre a União Europeia e o Mercosul, com previsões de que o pacto seria suficiente para incrementar o Produto Interno Brasileiro (**PIB**) em US$ 87,5 bilhões, o que, ao câmbio atual, corresponde a R$ 453 bilhões, em 15 anos. Pelo menos três desses 15 anos se passaram sem que o acordo saísse do papel. E um dos principais pontos é a resistência de países da Europa (leia-se França e Alemanha) em aprovar a adesão ao termo sem que o Brasil dê garantias de combate ao desmatamento. E aqui não adianta o discurso do governo, são cobradas ações.

A viagem do presidente Bolsonaro à Rússia, onde desembarcou ontem, não tem nada a ver com a tensão na Ucrânia envolvendo o país e os membros da Otan, liderados pelos Estados Unidos e a Inglaterra, mas sim com a busca de garantia de fornecimento de fertilizantes para o Brasil. A Rússia responde por 30% das importações brasileiras de insumos para produção agrícola e, a exemplo de China, Índia e Turquia, impôs restrições às exportações para atender seu mercado interno. Esse movimento foi intensificado exatamente entre setembro e outubro do ano passado, mesmo período em que a viagem do presidente para a Rússia foi agendada.

Como os russos respondem por apenas 0,6% das exportações brasileiras, pode até ser celebrado algum acordo envolvendo incremento comercial, mas sem uma garantia de fornecimento de fertilizantes, a viagem resultará apenas no risco para a imagem do Brasil diante dos países europeus e dos Estados Unidos, dificultando ainda mais qualquer agenda de maior inserção do país no comércio global, que hoje é de apenas 1%. Isso explica a necessidade de o Brasil buscar uma maior participação no fluxo mundial de produtos e serviços como forma de se desenvolver e se colocar como importante player mundial e não apenas como exportador de bens primários, sejam eles minerais ou agropecuários.

O movimento do presidente Bolsonaro em buscar uma solução para os preços internos dos alimentos em ano eleitoral faz sentido. Fertilizantes mais caros vão encarecer o plantio das safrinhas neste início de ano e das culturas de inverno, elevando os valores dos alimentos na mesa dos brasileiros, mas o resultado pode não ser suficiente para evitar **inflação** interna e a visita se tornar mais um ponto contra os interesses do Brasil em relação a acordos comerciais e, principalmente, com relação aos Estados Unidos e à União Europeia, segundo e terceiro maiores mercados para produtos brasileiros.

Com aumento do desmatamento na Amazônia e os fatores que geraram a crise internacional dos fertilizantes persistindo, a viagem presidencial a Moscou pode se tornar apenas mais um ingrediente nas barreiras ao acordo UE e Mercosul e à entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o clube dos países ricos, do qual o Brasil é parceiro-chave desde 2007. Se, para o agronegócio brasileiro, a agenda na Rússia pode representar algum ganho, para a imagem do Brasil perante o mundo, não.

TCU aprova privatização da Eletrobras

Michelle Portela

Brasília - O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem, por seis votos a favor, a primeira fase do processo que analisa a privatização da Eletrobras. O governo anunciou que pretende realizar a operação de venda da maior estatal da América Latina até maio deste ano, mas depende ainda do tribunal, que irá analisar um segundo processo que trata da reorganização societária e a precificação das ações da empresa.

Foram 6 votos a favor da posição do governo e uma manifestação contrária. Embora o TCU seja composto por nove ministros, Bruno Dantas só votaria em caso de empate, o que não ocorreu. Ele substitui a presidente da corte, Ana Arraes, que está de férias. O julgamento recomeçou ontem com a informação de que o governo calculou erroneamente em R$ 67 bilhões os valores relacionados à privatização da Eletrobras. De acordo com o voto do ministro Vital do Rêgo, que pediu vistas ao processo, este valor deveria ser de R$130 bilhões.

Do montante de R$ 67 bi, R$ 25,3 bilhões serão pagos pela Eletrobras ao Tesouro Nacional pelas outorgas das usinas hidrelétricas. Outros R$ 32 bilhões serão destinados a amortizar o valor das contas contas de luz a partir do próximo ano, por meio de fundos do setor elétrico, a Conta de Desenvolvimento Energética (CDE).

COMBUSTÍVEIS Ainda ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou que duas propostas sobre estabilização do preço dos combustíveis serão votadas hoje na Casa. Segundo ele, os projetos estão "maduros" para votação no plenário. Durante entrevista coletiva, Pacheco informou que a apresentação de emendas às propostas poderá ser feita até a tarde, para que os senadores possam contribuir com a "melhor edição possível"."

"Acredito muito que amanhã (hoje), na sessão do Senado, nós vamos ter esses dois projetos maduros para uma apreciação do Plenário e deixar o Plenário, obviamente, decidir se deve aprovar ou não e em que formas devem ser aprovados. E uma vez aprovados, encaminhar à Câmara dos Deputados, porque, de fato, essa situação alarma toda sociedade brasileira e nós precisamos dar uma resposta. O preço dos combustíveis está cada vez mais alto, valores realmente exorbitantes e isso pressiona muito a **inflação**", declarou.

Pacheco disse ainda que a reunião de líderes, que ocorreu na segunda-feira, foi "muito produtiva". De acordo com ele, todos estão empenhados em colaborar com o trabalho do relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN). "Foi uma reunião muito produtiva, com a participação de diversos líderes, muitos opinando em relação a diversos institutos que estão ali contidos, desde a alíquota de ICMS, passando pela monofasia tributária, a conta de estabilização que está materializada no projeto do senador Rogério Carvalho, a discussão sobre a pertinência ou não de um imposto de exportação. Tudo isso foi muito debatido na reunião de líderes, e o senador Jean Paul assimilou diversas ideias", acrescentou.

Os dois projetos de lei (PL 1.472/2021 e o PLP11/2020) reduzem o preço dos combustíveis e são relatados por Jean Paul Prates. O primeiro, do senador Rogério Carvalho (PT-SE), cria um fundo para estabilizar o preço do petróleo e derivados e estabelece uma nova política de preços internos. Já o segundo, oriundo da Câmara dos Deputados, determina um valor fixo para a cobrança do ICMS sobre os combustíveis.

Rodrigo Pacheco informou também durante a entrevista que participou de reunião com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Roberto Barroso, a convite do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, para consulta sobre o risco de as propostas de redução do preço dos combustíveis entrarem no rol de benefícios que podem ferir a legislação eleitoral. De acordo com Pacheco, o TSE aguarda uma consulta formal do Poder Executivo sobre o assunto. No entanto, ele assegurou que o Legislativo avançará em busca de uma solução para o problema da alta dos combustíveis. "De qualquer forma, enquanto há esse impasse, esse dilema do Poder Executivo em relação à Lei Eleitoral, o que cabe ao Congresso Nacional é avançar na solução de todos esses problemas, de todos esses projetos e, lá na frente, nós fazermos uma avaliação sobre a consequência disso sob o ponto de vista eleitoral", declarou.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/02/2022/p1

Pobre sente o dobro da inflação que os ricos em janeiro, diz Ipea

Leonardo Vieceli

A **inflação** sentida pelos brasileiros mais pobres foi equivalente a quase o dobro da verificada entre os mais ricos no começo de 2022, aponta estudo mensal divulgado nesta terça-feira (15) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Em janeiro, o avanço dos preços atingiu 0,63% para as famílias com renda considerada muito baixa. Enquanto isso, as famílias com renda alta tiveram **inflação** de 0,34% no mesmo período, diz o instituto.

Conforme o Ipea, a alta entre os mais pobres foi influenciada especialmente pela carestia de alimentação e bebidas. O segmento respondeu por quase metade da **inflação** do grupo com menos recursos (0,31 ponto percentual).

A compra de alimentos costuma consumir uma parcela maior do orçamento das famílias com renda mais baixa. Por isso, a elevação dos preços da comida pesa mais no bolso dos mais pobres.

Em janeiro, houve aumentos em produtos como cenoura (27,6%), laranja (14,9%), banana (11,7%) e batata (9,7%), além das carnes (1,3%), do café (4,8%) e do óleo de soja (1,4%).

A alta dos alimentos in natura ocorreu em meio aos efeitos adversos do clima no país. Enquanto estados como Minas Gerais e Bahia sentiram os reflexos de chuvas intensas, a região Sul amarga estiagem na largada de 2022.

O estudo do Ipea mede a **inflação** de acordo com seis faixas de renda domiciliar. As famílias com rendimento considerado muito baixo recebem menos de R$ 1.808,79 por mês.

A outra ponta da lista é ocupada pela renda alta, cujos integrantes têm ganhos superiores a R$ 17.764,49.

Na margem, as seis faixas tiveram desaceleração nos preços de dezembro para janeiro. Ou seja, os aumentos continuaram, mas em um ritmo menor na média.

Na renda muito baixa, a **inflação** passou de 0,74% para 0,63%, a maior da pesquisa. Já na camada mais alta, a alta dos preços pulou de 0,82% para 0,34%, a menor do levantamento.

Em parte, a perda de fôlego dos preços para os mais ricos foi influenciada pelos recuos de combustíveis, como gasolina (-1,1%) e etanol (-2,8%), das passagens aéreas (-18,4%) e do transporte por aplicativo (-18%).

O estudo do Ipea também traz o acumulado de 12 meses até janeiro. Nesse recorte, a maior **inflação** foi a das famílias de renda média-baixa, com taxa de 10,8%. Até dezembro, estava em 10,4%.

O grupo de renda média-baixa é formado por brasileiros com rendimento domiciliar entre R$ 2.702,88 e R$ 4.506,47 por mês.

A segunda maior variação em 12 meses é observada na faixa de renda média (10,6%), que reúne famílias com ganhos entre R$ 4.506,47 e R$ 8.956,26. Nesses grupos, há fortes influências da **inflação** de transportes e de habitação.

A taxa acumulada pela renda muito baixa foi de 10,5%. Está acima da variação registrada em 12 meses pelo grupo de renda alta, de 9,6%, a menor do estudo.

"Os dados desagregados revelam que, para as famílias de renda mais baixa, a maior pressão inflacionária nos últimos 12 meses reside no grupo de habitação, impactado pelos reajustes de 27% das tarifas de energia elétrica e de 31,8% do gás de botijão. Para o segmento de renda mais alta, o foco está no grupo de transportes, refletindo, sobretudo, no aumento de 42,7% da gasolina e de 55% do etanol", diz a pesquisa.

"Além da alta desses dois grupos, deve-se pontuar que os alimentos no domicílio, em especial os reajustes de 10% das carnes, de 21,7% de aves e ovos, de 44% do açúcar e de 56,9% do café, também provocaram impactos altistas significativos sobre a **inflação** no período, sobretudo para as camadas de renda mais baixa", acrescenta.

No ano passado, o Ipea passou a projetar que a diferença entre a **inflação** dos mais pobres e a dos mais ricos seria encurtada ao longo de 2022.

Além de uma desaceleração dos alimentos, que ainda pressionam os consumidores com renda menor, o instituto apostava em uma aceleração dos preços de serviços, que pesam mais entre os mais ricos.

A **inflação** persistente causa preocupação no país. Como mostrou reportagem da Folha na semana passada, o avanço dos preços ficou mais espalhado pela economia nos últimos meses. Assim, brasileiros decidiram rever a rotina, com cortes no consumo diário, e postergar planos, como cursos e viagens.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49823

Inflação por faixa de renda no Brasil

	Variação mensal **Em jan.22, em %**	Variação no acumulado de 12 meses **Até jan.22, em %**	Faixas de renda domiciliar **Em R$**
Renda muito baixa	0,63	10,5	Menos de 1.808,79
Renda baixa	0,62	10,5	Entre 1.808,79 e 2.702,88
Renda média-baixa	0,58	10,8	Entre 2.702,88 e 4.506,47
Renda média	0,53	10,6	Entre 4.506,47 e 8.956,26
Renda média-alta	0,51	9,9	Entre 8.956,26 e 17.764,49
Renda alta	0,34	9,6	Mais de 17.764,49

Fonte: Ipea

Quatro maiores bancos lucram R$ 81,6 bi em 2021

Lucas Bombana

Beneficiados por um ambiente de retomada das atividades após a paralisação provocada pela pandemia, os quatro grandes bancos (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil) reportaram um lucro líquido consolidado de R$ 81,632 bilhões em 2021.

O valor nominal (sem descontar a **inflação**) representa um crescimento de 32,5% na comparação com 2020, segundo levantamento elaborado pela provedora de informações financeiras Economatica -um recorde, tendo ficado ligeiramente acima do pico anterior de R$ 81,508 bilhões registrado em 2019.

Ajustado pela **inflação**, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o lucro consolidado dos quatro grandes bancos em 2021 é o quarto maior da série histórica. Por esse critério, o melhor resultado até aqui foi obtido pelo quarteto em 2019, de R$ 93,761 bilhões.

Segundo analistas de mercado, o resultado do último ano foi influenciado pela própria base de comparação mais fraca de 2020, fragilizada pela pandemia, bem como pelo crescimento de dois dígitos das carteiras de crédito às pessoas físicas e jurídicas de um modo geral.

"Na pandemia, os bancos fizeram mais provisões para devedores duvidosos, que é basicamente tirar um pouco do dinheiro dos lucros e provisionar para uma inadimplência maior. E no ano passado, com a melhora da economia, eles reverteram parte dessas provisões", afirma Bruce Barbosa, sócio-fundador da empresa de análise de investimentos Nord Research.

Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Wealth Management, diz que os grandes destaques positivos ficaram por conta dos números de Itaú e Banco do Brasil.

"O melhor resultado em minha avaliação foi o do BB, com forte crescimento de receita e da carteira de crédito, mantendo o índice de inadimplência comportado", afirma Galdi.

"A visão que fica depois da temporada de balanços dos bancos é de que as ações do BB estão muito descontadas frente aos pares privados", acrescenta o analista da Mirae, lembrando ainda que os resultados de Bradesco e Santander vieram um pouco abaixo do consenso de mercado, com queda nos principais indicadores de rentabilidade.

Depois de um ano marcado pela recuperação dos lucros, a expectativa para 2022 é de que o baixo crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto), somado aos juros altos, provoque um arrefecimento no ritmo de expansão das carteiras, com aumento nos níveis de inadimplência, diz João Daronco, analista da Suno Research.

"Para 2022, o principal ponto de atenção é como o índice de inadimplência irá se comportar", afirma Daronco, acrescentando que os próprios bancos sinalizaram esperar um aumento das contas em atraso.

"O cenário macro é diferente em 2022 daquele que observamos em 2021. E a gente vem de um crescimento de carteira importante nos últimos anos. Estamos sempre comparando o crescimento do ano contra o ano anterior, e como tivemos um ano muito forte em 2021, é natural que haja um arrefecimento em 2022, seja pela base de comparação, seja pelo que estamos vendo de perspectiva macro olhando para frente", afirmou o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, após a divulgação do balanço trimestral.

Na mesma toada, o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Jr., assinalou que a incerteza sobre a capacidade do governo Bolsonaro de equilibrar as contas públicas, bem como a **inflação** pressionada e os juros altos, devem afetar a recuperação da economia neste ano.

"Infelizmente, ainda existem incertezas fiscais e a **inflação** elevada, um fenômeno global, e com algum tempero local, que acabaram levando a uma forte alta de juros. O aperto da política monetária já causou efeitos em 2021 e certamente deverá afetar a recuperação da economia em 2022", afirmou o executivo.

Sérgio Rial, presidente do conselho de administração do Santander Brasil, também comentou esperar por uma desaceleração do crédito, em especial em linhas mais dependentes do patamar em que se encontram

os juros.

"Acho que a gente vai ver naturalmente uma desaceleração no crédito imobiliário, quando comparamos com os últimos dois anos. Essa desaceleração vai ocorrer", afirmou Rial.

No caso do BB, o presidente do banco, Fausto Ribeiro, afirmou nesta terça-feira (15) que a instituição irá focar sua atuação em linhas de maior risco e rentabilidade, de modo a manter a lucratividade da operação.

"Vamos explorar linhas mais rentáveis. A ideia é investir bastante no não correntista", afirmou Ribeiro. Nesse sentido, o presidente do BB citou o CDC (Crédito Direto ao Consumidor) Não Consignado e o cartão de crédito entre as linhas que devem receber um enfoque maior por parte do banco nos próximos meses.

Segundo Rafael Bevilacqua, estrategista-chefe da Levante, ainda que o ritmo de crescimento dos bancos aponte para um arrefecimento neste ano, as ações do setor na Bolsa se encontram em níveis atraentes.

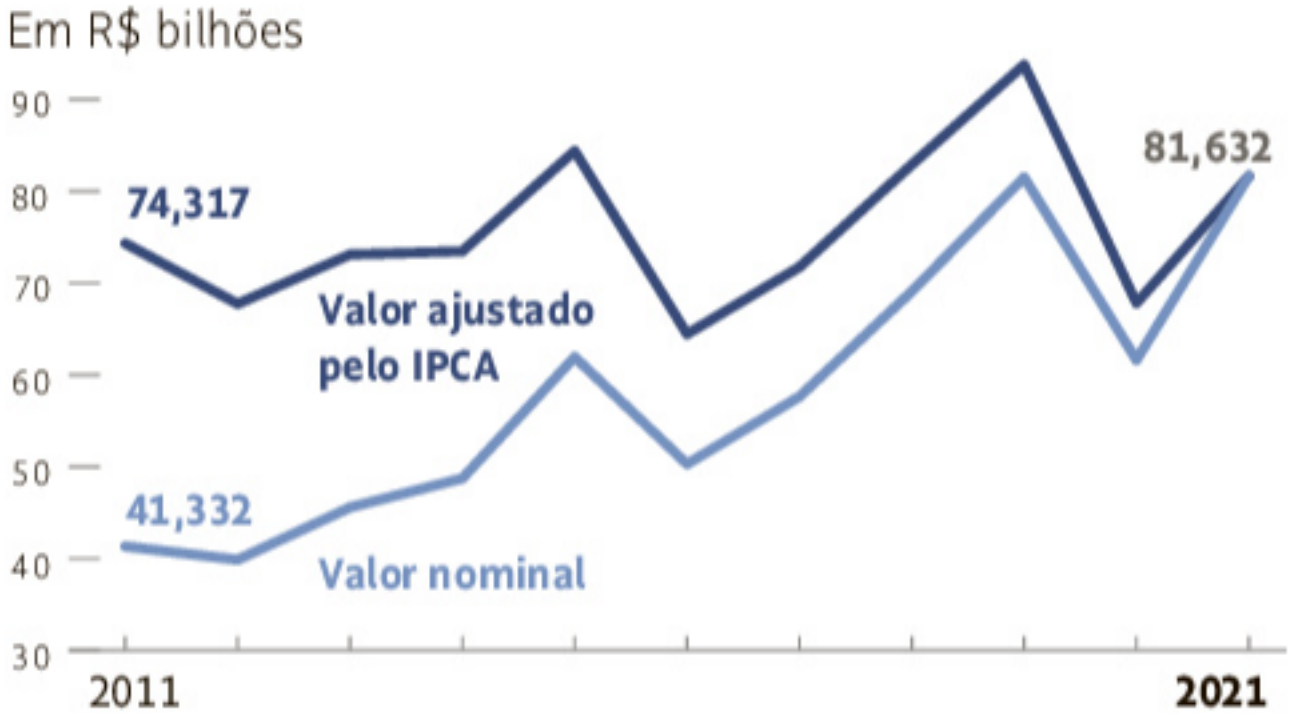
"Devemos ver os lucros dos bancos crescendo uma média ao redor de 20% em 2022, e são ativos negociados a múltiplos baixos na Bolsa", diz Bevilacqua.

Ele lembra que a rotação em curso motivada pela alta dos juros em escala global, de ações de alto crescimento de tecnologia para negócios de caráter mais cíclico, deve contribuir para um desempenho positivo das ações do setor bancário ao longo do ano.

"Os bancos foram deixados um pouco de lado pelos investidores nos últimos anos pela percepção de que as fintechs iriam tomar o mercado. E elas atingiram, de fato, um número absurdo de clientes, mas que ainda não se tornaram rentáveis, enquanto os bancos continuam crescendo suas receitas".

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49823

Evolução do lucro consolidado anual do BB, Bradesco, Itaú e Santander



Fonte: Economatica

Obsessão por subsídio e tabelamento (Artigo)

Helio Beltrão Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Menos de três meses depois da COP26 e do compromisso do governo brasileiro de acelerar a redução das emissões de gases de efeito estufa, nossos políticos dão as costas ao meio ambiente e discutem subsídios e incentivos ao consumo de combustíveis fósseis. A justificativa oficial para reduzir por força de lei os preços de gasolina, diesel, gás de cozinha é "baixar a **inflação**" e "ajudar o povo".

A Faria Lima, o Leblon e os jovens da elite podem até comprar esta narrativa oficial, mas o brasileiro comum desconfia que os políticos estejam apenas defendendo seu próprio interesse eleitoral, e que ele pagará a conta.

Deputados, senadores, governadores, presidente, ministros estão discutindo esta semana ao menos quatro propostas legislativas para tabelar os combustíveis "em prol do povo". Cuidado, é hora de ficar de olho na sua carteira, pois pode estar prestes a ser furtada.

Os preços internacionais do petróleo e da energia vêm subindo por motivos diversos -estímulos monetários, ruptura nas cadeias de suprimentos, tensão geopolítica etc- mas também pelos padrões cada vez mais estritos exigidos pela transição energética, que são aplicáveis tanto para eventuais aumentos de capacidade quanto para continuidade da operação da capacidade existente. A oferta de energia já não cresce na proporção da demanda.

Não há almoço grátis. Como o mundo decidiu descarbonizar, o preço da energia baseada em carbono tende a subir, pelo menos transitoriamente (enquanto sua demanda não acompanhar a contenção forçada da oferta).

O aumento de preço desincentiva o uso do de energia intensiva em carbono e viabiliza alternativas mais limpas. Mas há consequências: o preço da licença para emitir uma tonelada de carbono na União Europeia aumentou 3 vezes no último ano, limitando a oferta de energia em plena crise energética. Sofrem mais os países mais pobres da Europa Oriental.

A União Europeia, espremida pela matemática da transição energética, decidiu revisitar dogmas. Recentemente passou a rotular como solução verde a energia nuclear, que não emite carbono e opera continuamente. Cientistas têm defendido que os (baixos) riscos do lixo nuclear acumulado desde os anos 1950 são satisfatoriamente mitigados por meio de repositórios profundos em locais de alta estabilidade geológica (projetos finlandeses, americanos, franceses).

A nova atitude UE contrasta com a contramão ambiental de nossos políticos, cuja primeira investida no ano passado foi a de tentar forçar a Petrobras a vender combustíveis abaixo do preço internacional. A ação teria causado desabastecimento, pois inviabilizaria os 20% do mercado de combustíveis atendidos por importadores (sem garantia de melhores preços nas bombas).

A ideia agora é tomar um naco da receita da União (já muito deficitária) para financiar a redução de preços por decreto e distribuir benefícios a interesses específicos como os caminhoneiros.

As PECs Kamikaze em discussão diminuem a receita da União entre R$ 70 bilhões e R$ 100 bilhões por ano; tudo fora do teto, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da regra de ouro. Outro projeto de lei, o PL 1.472, propõe instituir imposto de exportação sobre o petróleo para subsidiar a redução artificial de preços de combustíveis fósseis.

A obsessão por tabelar preços e brincar irresponsavelmente com as contas do governo impacta negativamente o risco percebido do Brasil perante investidores, que por sua vez causa alta do dólar e o consequente aumento do preço dos combustíveis por força da paridade da importação! Ou seja, o populismo faz o estrago e o brasileiro paga a conta. Até quando?

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49823

América Latina é crucial para o Brasil (Editorial)

Em 25 de janeiro entrou em vigor o Tratado de Livre Comércio entre Brasil e Chile.

O país andino é o quinto maior destino das exportações do Brasil. O acordo negociado pelo governo **Temer** avança o processo de abertura iniciado em 1996 e é um dos mais modernos assinados pelo Brasil.

Ele promove a redução de custos aduaneiros e cobre 17 áreas, entre serviços, compras governamentais, boas práticas regulatórias e investimentos estrangeiros.

Por outro lado, em 2021 o Brasil perdeu para a China o posto histórico de maior exportador à Argentina. Os dois fatos revelam a importância para o País, especialmente para a sua indústria, de revitalizar as estratégias de integração com a América Latina.É uma cláusula pétrea da Constituição que o Brasil "buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latinoamericana de nações".

Em tese, o País tem todas as condições de liderar o processo de integração latino-americana. Na América do Sul, é o único que aglutina elementos de uma potência regional: ele faz fronteira com 11 dos 13 países da região; responde por 55% do seu **PIB**; é uma democracia multiétnica das mais plurais do mundo; tem uma população e um mercado consumidor de grande porte; e riquezas naturais, como minérios estratégicos, petróleo, abundância de água e uma biodiversidade incomparável.

O imenso potencial energético só aumentou com o processo de transição para a economia de baixo carbono. O país é uma superpotência agropecuária, tem a economia mais diversificada da região, o maior parque industrial e um razoável desenvolvimento tecnológico. No entanto, o contraste entre essas potencialidades e a realidade é chocante. Nos últimos anos, o Brasil não apenas foi incapaz de protagonizar a liderança na integração latino-americana, como tem perdido espaço como parceiro comercial dos países da América do Sul.

Em conjunto, esses países continuam sendo o quarto principal destino das exportações brasileiras e a quarta principal origem. Mas entre 2010 e 2019, segundo a Confederação Nacional da Indústria, enquanto as importações globais da América do Sul subiram 12,9%, as exportações do Brasil para a região caíram 24,7% e as importações, 20,4%. O maior impacto é sobre os produtos manufaturados, que respondem por 82% das exportações brasileiras para o Cone Sul.

A contração tem múltiplas causas.

Há fatores externos, como a queda do crescimento econômico da região e o crescimento da China; internos, como a perda de competitividade da indústria nacional ou a suspensão das reformas no Brasil; e multilaterais, como a paralisação de uma agenda de acordos do Brasil com esses países, ao mesmo tempo que eles ampliaram seus acordos com grandes economias.

Em plena quarta revolução industrial, em um cenário incerto para a economia globalizada, a retomada de uma agenda de integração na América Latina é fundamental. Isso implica, para o Brasil, promover o aprofundamento das relações do Mercosul, concomitantemente à flexibilização de regras obsoletas que obstaculizam a abertura a outras regiões do mundo; à internalização de acordos mais abrangentes, como o que entrou em vigor com o Chile e o que foi firmado com o Peru; e à ampliação de acordos bilaterais com outros países vizinhos.

Além da integração comercial, é preciso especial atenção a outras áreas que podem potencializá-la, como a energia e, particularmente, a infraestrutura, que pode tanto facilitar o intercâmbio brasileiro com a América do Sul como para a Ásia, a partir de portos no Peru e no Chile. A integração deveria entrar não apenas na agenda da diplomacia oficial ou do empresariado, mas dos governos regionais, academia e a sociedade civil em geral.

Pelas suas condições geográficas e culturais, o destino do Brasil está irrevogavelmente atrelado ao da América Latina.

É lamentável que o dito de Franco Montoro, embora seja um truísmo, tenha sido tantas vezes esquecido nas esferas de poder brasileiras: "Para a América Latina, a opção é clara: integração ou atraso".

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Por que o "teto da dívida" não é uma boa alternativa (Artigo)

Antonio Corrêa de Lacerda

Diante da crescente percepção da total inviabilidade da Emenda Constitucional 95 (EC), o teto de gastos como parâmetro de regra fiscal, surge a necessidade da definição de novos paradigmas. Como apontei em artigo anterior, no Brasil, na prática, o teto de gastos transformou- se em "teto de investimentos".

Uma das propostas na mesa é a sua substituição por teto de endividamento, tendo como exemplo os EUA. Por que, no Brasil, essa não é uma boa ideia?

O estoque da dívida pública dos países equivale aos déficits acumulados ao longo dos anos.

No conceito nominal, esses déficits incluem as despesas com o pagamento de juros sobre essa mesma dívida. As dívidas são recorrentes na maioria dos países.

Até mesmo países considerados ricos, ou desenvolvidos, detêm dívidas públicas elevadas. É o caso, por exemplo, da França, com 116% do **PIB**; do Canadá, com 118%; da Itália, com 156%; ou o mais expressivo, o caso do Japão, cuja dívida atinge 266% do seu produto.

Nos últimos dois anos, a dívida global dos países aumentou muito em razão dos gastos e do efeito da pandemia de covid-19.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou que, pela primeira vez, a dívida pública global cresceu, voltando a atingir níveis só observados nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial.

A dívida pública federal brasileira atingiu R$ 5,6 trilhões em 2021, representando 80,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Isso não é uma peculiaridade brasileira.

Mas o que de fato chama a atenção no nosso caso são as distorções, como a "duração" dos títulos (prazo de vencimento muito curto) e o elevado custo de financiamento. As despesas totais com pagamento de juros sobre a dívida pública aumentaram de R$ 312,4 bilhões, em 2020, para R$ 448,3 bilhões, em 2021, o equivalente a cerca de dez vezes o orçamento para investimentos públicos.

As despesas com o pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira são muito superiores às médias internacionais - mesmo aqueles países que têm dívidas públicas elevadas.

No acumulado dos cinco anos entre 2017 e 2021, o montante de pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira chegou a quase R$ 2 trilhões. Trata-se de uma permanente transferência de renda de toda a sociedade para os credores da dívida e o sistema financeiro, que detêm grande parte dela e fazem a sua intermediação.

O fato de nossa dívida pública ser fortemente indexada - ou seja, atrelada às variações das taxas de juros (Selic e prefixadas), da **inflação** e da taxa de câmbio - a deixa com forte tendência de elevação inercial.

Ela cresce, independentemente da ocorrência de déficits.

Da mesma forma, a relação dívida/**PIB** tende a se elevar, quando a atividade econômica não cresce, como tudo indica que vai ocorrer em 2022. Portanto, fixar um teto para este indicador vai mais atrapalhar do que ajudar nosso desenvolvimento.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Monitor da FGV vê alta de 4,7% do PIB em 2021

VINICIUS NEDER

O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro avançou 4,7% em 2021, segundo o Monitor do **PIB**, indicador calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Por esse indicador, a agropecuária cresceu 0,6%, a indústria avançou 4,4% e os serviços cresceram 4,7%. Pela ótica da demanda, o destaque foi o salto de 16,7% na formação bruta de capital fixo (FBCF, a medida dos investimentos no **PIB**), enquanto o consumo das famílias avançou 3,4%.

O Monitor do **PIB** procura antecipar a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das contas nacionais.

Conforme o indicador da FGV, o crescimento econômico de 4,7% foi garantido com um avanço de 0,7% no **PIB** do quarto trimestre ante o terceiro trimestre. Na comparação com o quarto trimestre de 2020, houve alta de 1,9%. Isoladamente em dezembro de 2021, o Monitor viu crescimento de 0,8% sobre novembro.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Economia quer que Câmara ignore texto do Senado

Daniel Rittner, Cristiano Zaia e Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

VALOR ECONÔMICO / SP - OPINIÃO - pág.: A14. Qua, 16 de Fevereiro de 2022
ECONOMIA

Os resultados fiscais de 2021 e o que esperar daqui pra frente (Artigo)

Guilherme Tinoco

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187142?page=16&section=1